

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
--	---

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis	8



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.
Pindaí – BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de dezembro de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6


Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020		Notas	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	368	251	Fornecedores	8	227	247
Investimentos de curto prazo	4	8.667	11.035	Imposto de renda e contribuição social		-	88
Contas a receber de clientes	5	2.105	6.686	Tributos a pagar		247	49
Estoques	11	19	530	Dividendos a pagar	11	59	49
Outros ativos		65	137	Conta de ressarcimento	9	1.618	1.557
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		11.224	18.639	Provisão para custos socioambientais		17	25
				Passivo de arrendamento	10	11	10
				Outras obrigações	12	4	26
				TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		2.183	2.051
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos diferidos		226	83	Conta de ressarcimento	9	1.742	731
Cauções e depósitos vinculados		18	-	Provisão para custos socioambientais		14	31
Imobilizado, líquido	6	71.875	76.266	Passivo de arrendamento	10	1.150	1.161
Intangível, líquido	7	30	40	Contas a pagar a partes relacionadas	11	28.277	33.700
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		72.149	76.389	Outras obrigações	12	1.286	1.495
				TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		32.469	37.118
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social subscrito e integralizado		28.567	28.567
				Reserva de capital		418	418
				Reserva de lucros		15.498	6.261
				Dividendo adicional proposto		4.238	20.613
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	48.721	55.859
TOTAL DO ATIVO		83.373	95.028	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		83.373	95.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita líquida	14	16.287	16.022
Custo de produção e operação de energia	15	(10.325)	(11.181)
LUCRO BRUTO		5.962	4.841
Gerais e administrativas		(30)	(182)
Outras Receitas (despesas) operacionais		-	251
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(30)	69
Receitas financeiras		1.048	1.138
Despesas financeiras		(157)	(166)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	16	891	972
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		6.823	5.882
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(839)	(571)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	178	(173)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(661)	(744)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.162	5.138

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.162	5.138
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	6.162	5.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva de investimento	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		28.567	418	4.873	1.131	15.781	-	50.770
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.138	5.138
Constituição da Reserva Legal		-	-	-	257	-	(257)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(49)	(49)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	4.832	(4.832)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		28.567	418	4.873	1.388	20.613	-	55.859
Deliberação de dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(13.241)	-	(13.241)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	6.162	6.162
Constituição da Reserva Legal		-	-	-	308	-	(308)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(59)	(59)
Reserva de lucros (orçamento de capital)		-	-	1.557	-	-	(1.557)	-
Constituição de reserva de investimento		-	-	7.372	-	(7.372)	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	4.238	(4.238)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13	28.567	418	13.802	1.696	4.238	-	48.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020
<u>Atividades operacionais:</u>			
Lucro líquido do exercício		6.162	5.138
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>			
Depreciação e amortização	6 e 7	4.401	4.401
Atualização monetária	16	(637)	(926)
Atualização da provisão para custos socioambientais		(25)	(283)
Juros sobre arrendamentos	10	112	142
Provisão / (reversão) ressarcimento	9	1.072	769
Tributos diferidos		(178)	173
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo	16	(411)	(212)
Baixa de ativo imobilizado	6 e 7	-	240
		10.496	9.442
<u>Variação de ativos e passivos operacionais:</u>			
		6.622	601
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(927)	(483)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		81	177
Pagamento de encargos financeiros arrendamento		(112)	(109)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		16.160	9.628
<u>Atividades de investimentos:</u>			
Aplicação (resgates) em investimentos de curto prazo		2.698	(5.988)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		(18)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		2.680	(5.988)
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Dividendos pagos		(13.290)	(56)
Partes relacionadas - ações		(5.423)	(3.961)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	10	(10)	(28)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(18.723)	(4.045)
<u>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</u>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		117	(405)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	368	251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. (“Companhia”), com sede na Fazenda Capão Grande, Altura do KM 823 da Rodovia BR 122, Cidade de Pindai, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 25 de setembro de 2009 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “Serra do Espinhaço”. A Companhia é integrante do complexo eólico Alto Sertão II, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda sua produção contratada por diversas distribuidoras de energia, no âmbito do Leilão de Energia Nova – 2011 (“LEN 2011 (A-3)”). Segundo Portaria nº 171 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 26 de março de 2012.

A Companhia é controlada diretamente pela AES Tietê Eólica S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Comercialização de energia

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia assinou o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1 de janeiro de 2016.

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
LEN 02/2011	Distribuidoras	78.178	160,92	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro

Operação comercial

A Companhia teve seu início de período de suprimento concatenado com a operação comercial da linha de transmissão, a qual não era de responsabilidade da Companhia, e ocorreu em 1 de março de 2015, conforme despacho ANEEL nº 519/2015, porém o início de suprimento contratual iniciou somente em 1º de janeiro de 2016, com conexão na respectiva subestação.

1.1 Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente.

Na controladora da Companhia, no decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 21 de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de

sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

- (i) arrendamento;
- (ii) ressarcimento;
- (iii) desmobilização; e,
- (iv) valor justo de instrumentos financeiros

Provisões para processos judiciais

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há processos judiciais a serem provisionados ou divulgados.

As demais políticas contábeis estão descritas em suas respectivas notas explicativas.

3.4 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

• Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

• Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

3.5 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2021

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10 / IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 – Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	NA	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornecer guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos e curto prazo”.

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	368	251
Subtotal	368	251
<u>Investimentos de curto prazo</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CDB	8.667	11.035
Subtotal	8.667	11.035
Total	9.035	11.286

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 97,98% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (97,64% em 31 de dezembro de 2020).

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia para constituir perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores, pois o suprimento de energia é comercializado no mercado regulado.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Mercado de curto prazo (i)	578	5.350
Contratos de energia eólica (ii)	1.527	1.336
Total	2.105	6.686

- (i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL.

A Companhia espera que o saldo remanescente vencido acima de 360 dias, no montante de R\$ 578 seja regularizado ao longo de 2022.

- (ii) Valor referente à receita fixa de contrato de leilão de energia. O saldo é integralmente a vencer com prazo médio de recebimento de 30 dias.

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e

ANEEL, respectivamente. A Companhia não requer garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre.

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

6 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa real média de 3,67%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de autorização, dos dois o menor.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição do ativo imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3%	5.306	(1.266)	4.040	4.248
Máquinas e equipamentos (i)	3,6%	91.046	(24.693)	66.353	70.494
Terrenos		418	-	418	418
Imobilizado em serviço		96.770	(25.959)	70.811	75.160
Imobilizado em curso		-	-	-	-
Bens vinculados às concessões e autorizações		96.770	(25.959)	70.811	75.160
Direito de uso de terreno arrendado	3,67%	1.189	(125)	1.064	1.106
Total		97.959	(26.084)	71.875	76.266

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Provisão Desmantelamento	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.306	-	-	5.306
Máquinas e equipamentos	91.046	-	-	91.046
Terrenos	418	-	-	418
Imobilizado em serviço	96.770	-	-	-
Imobilizado em curso	-	-	-	-
Bens vinculados às concessões e autorizações	96.770	-	-	96.770
Direito de uso de terreno arrendado	1.189	-	-	1.189
Subtotal	97.959	-	-	97.959
Depreciação	(21.610)	(54)	(4.295)	(25.959)
Amortização arrendamento	(83)	-	(42)	(125)
Total líquido	76.266	(54)	(4.337)	71.875

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Provisão Desmantelamento	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.306	-	-	-	-	5.306
Máquinas e equipamentos	90.804	480	-	40	(278)	91.046
Terrenos	418	-	-	-	-	418
Imobilizado em serviço	96.528	480	-	40	(278)	96.770
Imobilizado em curso	40	-	-	(40)	-	-
Bens vinculados às concessões e autorizações	96.568	480	-	-	(278)	96.770
Direito de uso de terreno arrendado	1.141	-	48	-	-	1.189
Subtotal	97.709	480	48	-	(278)	97.959
Depreciação	(17.304)	(30)	(4.336)	-	60	(21.610)
Amortização arrendamento	(58)	-	(25)	-	-	(83)
Total líquido	80.347	450	(4.313)	-	(218)	76.266

7 INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxas médias anuais de amortização (%)	2021			2020
		Custo	Amortização acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Software e outros intangíveis	20,0%	49	(19)	30	40
Total		49	(19)	30	40

b) Movimentação do intangível

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Software e outros intangíveis	49	-	49
Subtotal	49	-	49
Amortização	(9)	(10)	(19)
Subtotal	(9)	(10)	(19)
Total líquido	40	(10)	30

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Software e outros intangíveis	71	-	(22)	49
Intangíveis em curso	-	-	-	-
Subtotal	71	-	(22)	49
Amortização	-	(9)	-	(9)
Subtotal	-	(9)	-	(9)
Total líquido	71	(9)	(22)	40

8 FORNECEDORES

	2021	2020
Encargos de uso da rede	101	182
Fornecedores	126	65
Total	227	247

9 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre a Companhia e as distribuidoras e estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.

Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	2021	2020
Circulante	1.618	1.557
Não circulante	1.742	731
Total	3.360	2.288

A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:

	2019	Provisão	Reversão	2020	Provisão	2021
CCEE	1.519	790	(21)	2.288	1.072	3.360
Total Passivo	1.519	790	(21)	2.288	1.072	3.360

Suspensão de devolução de ressarcimento

Do saldo total de R\$ 3.360 do passivo de ressarcimento, R\$ 2.288 refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019.

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o Constrained-off de usinas eólicas.

O Constrained-off pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao Constrained-off de usinas.

10 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	2021	2020
Circulante	11	10
Não circulante	1.150	1.161
Total	1.161	1.171

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº 6).

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de valor relevante.

O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2045. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

A movimentação do passivo de arrendamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Passivo de arrendamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.118
Adição	48
Encargos financeiros	142
Pagamento de encargos financeiros	(109)
Pagamento	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.171
Ingressos de principal	-
Encargos financeiros	112
Pagamento de encargos financeiros	(112)
Pagamento	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.161

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

Fluxo futuro	
CIRCULANTE	
2022	11
Subtotal	11
NÃO CIRCULANTE	
2023	13
2024	14
2025	15
2026	17
Após 2026	1.091
Subtotal	1.150
Total	1.161

11 PARTES RELACIONADAS

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Ativo circulante		
Estoque - CGE dos Araças (i)	19	530
Total	19	530
Passivo circulante		
Dividendos a pagar - AES Tietê Eólica S.A (ii)	59	49
Total passivo circulante	59	49
Passivo não circulante		
Ações resgatáveis - AES Tietê Eólica S.A (iii)	28.277	33.700
Total passivo não circulante	28.277	33.700
Resultado		
Cessão de energia - CGE Maron (iv)	-	150
Cessão de energia - CGE Pilões (iv)	-	133
Total do Resultado	-	283

- (i) A controladora da Companhia adotou a partir de 2020 uma estrutura centralizada de almoxarifado, a ideia é assegurar a melhor logística de reposição de equipamentos de prateleira considerando a engenharia similar de todos o Complexo de Alto Sertão. Reduzindo dessa forma os custos diretamente relacionados com transporte individual, armazenamento e controle em cada uma das SPE's integrantes do Complexo de Alto Sertão.
- (ii) Dividendo mínimos obrigatórios do exercício de 2021 conforme estatuto social de R\$ 59 (R\$ 49 em 31 de dezembro de 2020).
- (iii) A controladora AES Tietê Eólica S.A, com a interveniência da Companhia, obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Neste contrato está previsto um plano para transferência de recursos entre a Companhia e a controladora AES Tietê Eólica.

Como geradora de caixa e efetiva beneficiária dos recursos liberados pelo BNDES, a principal obrigação da Companhia perante ao contrato é o pagamento do financiamento de acordo com as cláusulas contratuais vigentes. Durante o período de amortização do financiamento e em linha com o disposto no item anterior, existe a obrigação de transferência compulsória de recursos realizada por intermédio do banco custodiante tendo como contraparte a Companhia, essa transferência é realizada para contas de reserva especiais individuais vinculadas ao Contrato de financiamento e que posteriormente são transferidas para as contas relacionadas à dívida da controladora AES Tietê Eólica, que é a pessoa jurídica responsável pela quitação das parcelas do financiamento.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 16 de junho de 2014 os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas, entre a Companhia e sua controladora AES Tietê Eólica S.A para as devidas transferências estipuladas em contrato.

Após a aquisição pela AES Tietê Energia a operação foi analisada em alinhamento com os princípios contábeis geralmente aceitos e à luz da regra a operação foi classificada como Passivo Financeiro.

Devido às características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida da Companhia, desta forma, classificou os valores a pagar a AES Tietê Eólica S.A no passivo. No entanto, face a imprevisibilidade do valor das parcelas vincendas, o passivo financeiro está registrado no passivo não circulante da Companhia.

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração dos Administradores da Companhia é realizada através da controladora, desta forma, não há valores referentes a remuneração dos administradores nesta demonstração financeira.

- (iv) Refere-se aos contratos de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e as controladas da CGE Maron e CGE Pilões. Os montante e valores envolvidos nesse contrato totalizam o preço de R\$55,70 (reais), atualizados pelo IPCA, e volume envolvido de aproximadamente 1.781 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.

12 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2021	2020
Taxa de fiscalização ANEEL	4	5
Outras obrigações	-	21
Circulante	4	26
Provisão para Desmobilização (i)	1.162	1.137
Outras obrigações	124	358
Não circulante	1.286	1.495
Total outras obrigações	1.290	1.521

- (i) Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Alto Sertão II. A provisão para desmantelamento foi efetuada com base na estimativa desses custos através de uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque. A taxa de desconto adotada foi a taxa Selic de longo prazo de 1,75%.

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**13.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a AES Tietê Eólica S.A, é a única acionista da Companhia, cujo capital social subscrito e integralizado era de R\$ 28.567 representado por 28.566.609 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

13.2 Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, as importâncias apropriadas à reserva de lucros são determinadas como segue:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

O lucro líquido apurado será destinado sucessivamente e nesta ordem, observando o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) Uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório, em cada exercício, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal;
- c) O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, não aprovado em assembleia geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela AGO.

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	6.162	5.138
Constituição de reserva legal (5%)	(308)	(257)
Base para pagamento de dividendos	5.854	4.881
Destinação:		
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	59	49
Dividendos adicionais propostos	4.238	4.832
Reserva de lucros (orçamento de capital)	1.557	-
Total destinado	5.854	4.881

14 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Nova (LEN)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Para as Companhias renováveis, os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021		2020	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Suprimento de energia eólica	93.937	15.604	106.193	16.923
Ressarcimento de energia	(6.459)	(1.073)	(4.969)	(790)
Mercado de curto prazo				
Outros	-	2.961	-	-
ACL - partes relacionadas	-	-	1.781	283
Outras receitas	-	-	-	994
Receita operacional bruta	87.477	17.492	103.005	17.410
(-) PIS e COFINS	-	(636)	-	(822)
(-) ICMS	-	(569)	-	(566)
Total	87.477	16.287	103.005	16.022

15 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2021	2020
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	(2.087)	(2.611)
Contratos com partes relacionadas (nota 11)	-	(283)
Encargos de transmissão	(1.062)	(1.172)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(70)	(57)
Subtotal	(3.219)	(4.123)
Custo da operação		
Depreciação e amortização	(4.401)	(4.401)
Serviços de terceiros	(1.785)	(1.640)
Material	(725)	(607)
Outros custos operacionais	(195)	(410)
Subtotal	(7.106)	(7.058)
Total	(10.325)	(11.181)

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	411	212
Variações monetárias	637	921
Outras receitas financeiras	-	5
Total	1.048	1.138
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos de arrendamento (nota 10)	(112)	(142)
Outras despesas financeiras	(45)	(24)
Total	(157)	(166)
Total líquido	891	972

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas recebidas no exercício provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia recebidas no exercício e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa nº 09) Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido sob o regime de caixa.

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
IRPJ/CSLL				
Receita operacional tributável	17.492	17.492	17.410	17.410
Alíquota lucro presumido	8%	12%	8%	12%
Receita presumida	1.399	2.099	1.393	2.089
Outras receitas	435	435	217	217
Outros Ajustes	458	687	-	-
Base de cálculo	2.292	3.221	1.571	2.248
Alíquota:	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(344)	(290)	(236)	(202)
Adicional (10%)	(205)	-	(133)	-
IRPJ e CSLL corrente	(549)	(290)	(369)	(202)
IRPJ/CSLL DIFERIDO				
Base de cálculo	(5.795)	(5.795)	5.610	5.610
Alíquota	2%	1%	2%	1%
IRPJ e CSLL diferido	116	62	(112)	(61)
Total tributos no resultado	(433)	(228)	(481)	(263)
Alíquota efetiva	2,48%	1,30%	2,76%	1,51%

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

18.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	Mensuração do valor justo	2021		2020		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	368	368	251	251	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	8.667	8.667	11.035	11.035	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5	2.105	2.105	6.686	6.686	Custo amortizado
Total		11.140	11.140	17.972	17.972	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	8	227	227	247	247	Custo amortizado
Dividendos a pagar	11	59	59	49	49	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	10	1.161	1.161	1.171	1.171	Custo amortizado
Ações resgatáveis - AES Tietê Eólica S.A	11	28.277	28.277	33.700	33.700	Custo amortizado
Total		29.724	29.724	35.167	35.167	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado. Considera-se Nível 2 quando se utiliza outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observados.

- Nível 1 – Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos.
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observados.
- Nível 3- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

18.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

Auditoria Interna

A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação.

A controladora da Companhia realiza anualmente uma autoavaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em

conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

A Companhia disponibiliza diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone.

A Companhia ainda conta com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxerem ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira; (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	368	251
Investimentos de curto prazo	8.667	11.035
Contas a receber de clientes	2.105	6.686
Total	11.140	17.972

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2021	Total em 31 de dezembro de 2020
Fornecedores	227	-	-	-	-	227	247
Passivo de arrendamento	-	11	13	64	1.073	1.161	1.171
Total	227	11	13	64	1.073	1.388	1.418

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2021

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da AES, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao constrained-off de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por constrained-off que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de constrained-off para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de constrained-off protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do constrained-off, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por constrained-off. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de constrained-off “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do constrained-off com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim de argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não

Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

19 COMPROMISSOS FUTUROS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o seguinte compromisso contratual relevante não reconhecido nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total em 2021	Total em 2020
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	973	973	973	973	973	973	17.602	23.440	23.322
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	61	61	61	61	61	61	-	366	1.590
Encargos de conexão	243	243	243	243	243	243	4.492	5.950	4.292
Total	1.277	1.277	1.277	1.277	1.277	1.277	22.094	29.756	29.204

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	2021	2020
Direitos de uso do terreno arrendado	-	48
Provisão para desmantelamento	54	480
Total	-	528

21 EVENTOS SUBSEQUENTES

Redução de Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2022, foi deliberada a redução de capital da Companhia, no montante de R\$ 10.593, mediante a restituição de capital à Acionista Única da Companhia, sem alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia, de modo que o capital social da Companhia passará de R\$ 28.567 para R\$ 17.974, totalmente subscrito e integralizado. A redução acontecerá em até 60 dias contados após a data da referida assembleia.